

POR QUE É “NATURAL” QUE ELA AINDA SEJA A SERVENTE?

Alessandra Renata Geremias¹

Paulo César Zambroni de Souza²

Resumo: Partindo da questão formulada por Lélia Gonzalez “Por que é 'natural' que ela seja a servente?” este artigo investiga os mecanismos contemporâneos de naturalização do trabalho de limpeza, entendido como trabalho reprodutivo remunerado indispensável para a continuidade do mundo do trabalho, uma vez que a produção depende da reprodução social, responsável pela recomposição da força de trabalho. Historicamente, as inúmeras tarefas que compõem esta reprodução são invisibilizadas e predominantemente executadas por mulheres negras no Brasil. O estudo fundamenta-se em uma revisão integrativa da literatura, com o objetivo de mapear e analisar a presença e o tratamento do quesito raça na produção acadêmica sobre trabalhadoras de limpeza, investigando sua articulação com as dimensões de classe, gênero e sexualidade. Os resultados revelam um panorama preocupante: 62 dos 70 estudos mapeados e analisados (88,5%) não abordam a racialização. Esta ausência flagrante representa uma grave lacuna analítica para compreender a situação de vida e trabalho dessas trabalhadoras, especialmente em pesquisas com uma categoria profissional com predominância de mulheres negras. A escassa discussão sobre raça fragiliza a compreensão das condições dessas mulheres, uma vez que a formação social, econômica e política do Brasil é profundamente marcada por este processo. Conclui-se que a naturalização das mulheres negras como serventes está ligada à indissociabilidade entre produção e reprodução social no capitalismo dependente brasileiro, no qual há uma superexploração racializada da classe trabalhadora. Sugere-se que a ausência da dimensão racial nos estudos constitui, ela própria, parte do próprio processo de naturalização que buscamos compreender. Este estudo abre caminho para novas investigações sobre as razões dessa escassez na literatura e as dificuldades enfrentadas por pesquisadoras (es) para articular de modo consistente as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade no mundo do trabalho, bem como possíveis obstáculos à publicação de pesquisas que enfrentem esse debate.

Palavras-chave: limpeza, mulheres trabalhadoras, relações raciais, revisão integrativa¹

WHY IS IT “NATURAL” SHE REMAINS THE SERVANT?

Abstract: Starting from the question posed by Lélia Gonzalez “Why is it ‘natural’ for her to be the *servent*?” this article investigates the contemporary mechanisms that naturalize cleaning work, understood as paid reproductive labor indispensable for the continuity of the world of work, since production depends on social reproduction, which is responsible for restoring the labor force. Historically, the numerous tasks that constitute this reproduction have been rendered invisible and are predominantly carried out by Black women in Brazil. This study is based on an integrative literature review aimed at mapping and analyzing the presence and treatment of the category of race in academic production on cleaning workers, investigating its articulation with the dimensions of class, gender, and sexuality. The findings reveal a troubling panorama: 62 out of the 70 mapped and analyzed studies (88.5%) do not address racialization. This glaring absence

¹ Assistente Social, doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB. Atualmente, é professora substituta da graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba- UEPB.

² Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB

represents a serious analytical gap for understanding the life and work situation of these workers, especially in research on a professional category predominantly composed of Black women. The scarce discussion on race weakens the understanding of these women's conditions, given that Brazil's social, economic, and political formation is profoundly shaped by this process. It is concluded that the naturalization of Black women as *serventes* is linked to the inseparability of production and social reproduction within Brazil's dependent capitalism, which subjects the working class to racialized super-exploitation. It is suggested that the absence of the racial dimension in academic studies constitutes, in itself, part of the very process of naturalization that we seek to understand. This study paves the way for further investigations into the reasons for this scarcity in the literature and the challenges faced by researchers in consistently articulating the dimensions of race, class, gender, and sexuality in the world of work, as well as potential obstacles to publishing research that engages with this debate.

Keywords: cleaning, women workers, race relations, integrative review.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho de limpeza remunerado realizado em instituições como as de ensino e de saúde é uma realidade para milhares de trabalhadoras em todo o país e possui dimensões de raça, classe e gênero inelimináveis à sua compreensão. Isso porque, proveniente da classe trabalhadora, a força de trabalho assalariada encarregada da limpeza, do cuidado de ambientes e de pessoas, é marcada pelos processos de racialização e generificação em curso na realidade brasileira desde o início da colonização dessas terras. Nesse sentido, a naturalização desse tipo de trabalho, tendo o rosto de mulher que tem na pele preta e parda a sua maioria, já foi exemplarmente denunciada por Lélia Gonzalez há quarenta e um anos (1984/2020, p. 76) em sua célebre questão “Por que é ‘natural’ que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais etc.?”, da qual partimos para nomear esse texto. Nesse sentido, o que buscamos acrescentar às contribuições de Lélia é por meio de quais mecanismos contemporâneos essa naturalização permanece a ocorrer, identificando que ela passa pela produção de conhecimentos acerca desse trabalho.

De início, cabe demarcar que analisamos o trabalho de limpeza como um tipo de trabalho reprodutivo. O trabalho reprodutivo a que nos referimos, a partir da Teoria da Reprodução Social, corresponde a processos diários que garantem a manutenção e renovação da força de trabalho, indispensável para manter a produção e a continuidade do capitalismo (OLIVEIRA; BENITEZ MARTINS, 2023). São essas atividades cotidianas de reprodução que garantem que as crianças sejam gestadas e nutridas, que a comida seja preparada, que a roupa seja passada, que a casa seja limpa, que o suporte emocional esteja presente e que pessoas idosas ou adoecidas recebam os cuidados necessários. Embora grande parte dessas demandas seja realizada internamente nas famílias e assumida por mulheres na maior parte das vezes, existem outros espaços em que essas demandas são atendidas, como escolas, instituições de longa permanência, serviços de saúde e cozinhas coletivas. É especialmente nesses espaços que se localiza o trabalho de limpeza remunerado.

Com relação a essa demarcação das dimensões racial e de gênero nessa atividade, em âmbito nacional, considerando uma das classificações utilizadas, a de faxineira/o, no ano de 2022, das 1.913.547 pessoas que estavam empregadas/os com vínculo formal, 1.381.170 eram mulheres, o que correspondia a aproximadamente 72% do contingente total de trabalhadoras e trabalhadores. Especificamente no caso das mulheres negras, elas representavam 54,37% dessa força de trabalho (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2024). Dentro desse cenário, é interessante salientar as desigualdades regionais que se expressam. Nos estados nordestinos, a ocupação formalizada de faxineira empregou 184.411 mulheres em 2022, dentre as quais 48,14% eram mulheres negras. Por sua vez, na região sudeste, as mulheres negras empregadas com vínculo formal de faxineira totalizaram naquele ano 325.462, o

que corresponde a 44% do total de mulheres nessa ocupação. Observa-se então que, apesar da presença majoritária de mulheres negras em trabalhos de limpeza, essa presença não é refletida na categoria de faxineiras com vínculo empregatício nessas regiões do país.

Essa quantificação parcial expressa nas estatísticas oficiais é reveladora em dois sentidos: embora de extrema relevância, ela não contempla as trabalhadoras sem vínculo formal, cuja representação das mulheres negras é ainda mais acentuada, e expressa como quando, ainda que extremamente precário, o vínculo de trabalho existe, ele não contempla a maioria das mulheres negras. Nesse sentido, em 2023, a porcentagem de mulheres negras em trabalhos sem vínculo reconhecido em diferentes ramos no Brasil era de 46,5%, enquanto nos estados do sudeste permaneceu abaixo da média nacional tendo como máximo de informalidade registrada 42,7% no Rio de Janeiro, contudo no nordeste do país essa porcentagem chegou a 69,5% no Maranhão (DIEESE, 2024).

Diante desse cenário, buscaremos debater como esses elementos explicitam as desigualdades no trabalho frente à persistência histórica de uma organização do trabalho reprodutivo sustentada pela racialização e generificação. Além disso, propomos que tais elementos nos conduzam à análise de como esse segmento diverso de trabalhadoras vivencia a superexploração à qual está exposta a classe trabalhadora brasileira. Nessa realidade, a terceirização, a ausência de reconhecimento, o assédio e o adoecimento são elementos presentes e cada vez mais alarmantes (CAMPOLI; PEROSA, 2022; SOUZA, 2023), o que explicita as características de um processo de desvalorização humana em curso. Argumentaremos, ao longo deste texto, que essa desvalorização, a qual se expressa na ausência de reconhecimento, na invisibilidade e nas violências relatadas pelas trabalhadoras de limpeza, só pode ser compreendida em uma perspectiva de totalidade se considerarmos, além das dimensões de classe, gênero e sexualidade, também a dimensão racial. No entanto, esta última não está consolidada na produção de conhecimento, o que sugere ser uma expressão da naturalização demarcada por Gonzalez (2020).

2. A RACIALIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE O TRABALHO DE LIMPEZA

2.1 MÉTODO

O estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, guiada por duas questões centrais: (a) se a dimensão racial é articulada às de classe, gênero e sexualidade nas pesquisas com trabalhadoras de limpeza; e (b) de que modo essa dimensão é considerada na

análise das repercussões desse trabalho apresentadas pelas participantes. Tendo tais questões como referência, o objetivo constituiu mapear e analisar a presença e o tratamento do quesito raça na literatura sobre o tema, investigando sua articulação com as demais dimensões.

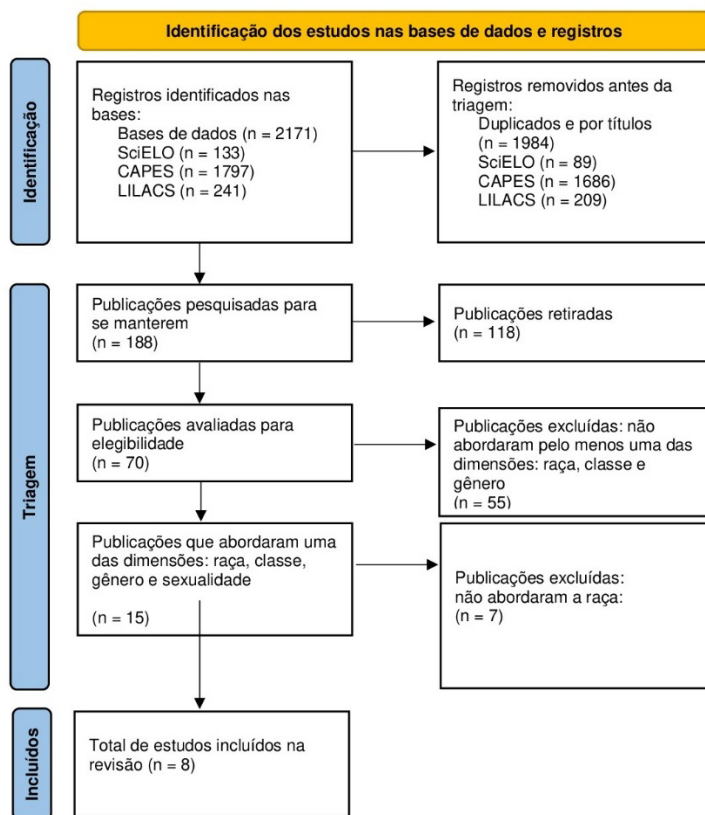
A revisão integrativa é um método sistemático qualitativo que permite sintetizar o conhecimento existente e analisar a literatura de forma abrangente (SOUSA; BEZERRA; EGYPTO, 2023), facilitando a identificação de lacunas e a discussão dos métodos e resultados. Para realizá-la, seguiram-se as seis etapas propostas por Mendes, Silveira e Galvão (2008): 1) definição da questão de pesquisa; 2) busca na literatura; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos; 5) interpretação dos resultados; e 6) síntese do conhecimento.

A busca foi conduzida entre setembro e outubro de 2023 nas bases SciELO, CAPES e LILACS entre setembro e outubro de 2023, com termos-chave como “serviço de higiene”, “trabalho de limpeza AND terceirização”, e “Cleaning service”.

Como critérios de inclusão, estabelecemos estudos qualitativos e quantitativos sobre o trabalho de limpeza realizados em ambientes internos no Brasil e na América Latina, somente em formato de artigos, disponíveis em versão completa nos idiomas português, espanhol ou inglês, sem delimitação temporal. Foram excluídos estudos que não abordaram a temática central, aqueles não disponíveis na íntegra, estudos em formato diferente de artigos, artigos de revisão de literatura e publicações duplicadas.

Conforme ilustrado no fluxograma adaptado PRISMA (2020) da Figura 1, a busca inicial resultou em 2.171 artigos. Após a remoção de duplicatas e triagem por título, 188 resumos foram selecionados para leitura. Desses, 118 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão. Os 70 estudos restantes foram submetidos à leitura na íntegra para avaliação de elegibilidade. Cabe destacar que em todos os trabalhos apreciados na leitura completa houve a caracterização das/os participantes por gênero. Desse quantitativo, 15 artigos dedicavam algum nível de aprofundamento teórico a pelo menos uma das dimensões, raça, classe, gênero e sexualidade. Para esta avaliação desse aprofundamento, os parâmetros adotados foram: a) a presença de autoras/es de referência para a discussão de pelo menos uma das dimensões; b) o diálogo com a perspectiva teórica; e c) a análise crítica dessa(s) respectiva(s) dimensão(ões). Desses 15 estudos, apenas 8 analisaram a dimensão racial, por isso são eles que compõem o corpus de análise final.

Figura 1 - Fluxograma de identificação, triagem e inclusão de artigos



Fonte: Adaptação PRISMA 2020 (Page MJ, et al. BMJ 2021) realizada pelos autores.

2. 2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca pela presença e análise da raça no conhecimento produzido sobre o trabalho revelou um panorama restrito: dos 70 estudos, 8 (11%) abordam a racialização. Este dado, por si só, é revelador do panorama ainda incipiente da análise articulada das dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade na produção acadêmica brasileira sobre o tema e, especialmente, da alarmante ausência da raça em estudos cuja categoria profissional tem predominantemente as mulheres negras como força de trabalho.

Conforme detalhado no Quadro 1, mesmo sem delimitação temporal dos artigos buscados, os 8 artigos localizados foram publicados somente entre 2015 e 2022. O período inicial, há dez anos (2015) contou com um artigo pioneiro da área da Geografia, seguido por um hiato de três anos (2016-2018) sem produções que atendessem aos critérios deste estudo, uma lacuna cujas causas merecem investigação futura. A maior concentração de produções deu-se no período mais recente (2019-2022), com 7 artigos.

Figura 2 - Características das publicações segundo Primeira Autoria, Título do artigo, Ano de Publicação, Área de conhecimento segundo a primeira autoria e Região do país do estudo

1ª Autoria	Título	Ano de Publicação	Área de conhecimento (segundo a primeira autoria)	Região do país do estudo
Andrade, C. B.	Desvelando o trabalho e a saúde de trabalhadores (as) de limpeza hospitalar	2020	Educação/ Enfermagem	Sudeste
Campoli, L.	É casa, é luta, é o dia de amanhã: as auxiliares de limpeza terceirizadas da Unicamp	2022	Estudos de Gênero/ Economia	Sudeste
Costa, C. L.	A Territorialização do trabalho de mulheres em empresas terceiras: vida cotidiana e patriarcado	2015	Geografia	Centro-Oeste
Dutra, R. Q.	Sobre Educar (e ser educada por) mulheres trabalhadoras terceirizadas nos serviços de limpeza da Universidade Federal da Bahia: uma experiência de extensão	2019	Direito	Nordeste
Dutra, R. Q.	“Eles pensam que a gente é invisível”: gênero, trabalho terceirizado e educação jurídica popular	2020	Direito	Nordeste
Silva, C. C.	Mulheres Trabalhadoras terceirizadas no setor de limpeza da Universidade Federal de Pelotas	2021	História	Sul
Souza, F. A. S.	A origem como destino: trajetórias profissionais de faxineiras terceirizadas	2020	Administração	Sudeste
Veleda da Silva, S. M.	As trabalhadoras negras em atividades de serviços de limpeza: um olhar que desvela	2019	Geografia	Sul

Fonte: Elaborada pelos autores

2.3 A FRAGILIDADE NA INCORPORAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA PERSPECTIVA DA RACIALIZAÇÃO DO TRABALHO DE LIMPEZA NOS ESTUDOS

A racialização da classe trabalhadora brasileira e o modo como ela se expressa no trabalho de limpeza mostraram-se uma limitação na produção de conhecimento que é publicada em formato de artigo sobre essa temática. Essa lacuna é alarmante, uma vez que as estatísticas oficiais sinalizam que as mulheres racializadas como negras continuam a ser majoritárias nesses postos de trabalho. Sendo elas, portanto, a parte significativa das trabalhadoras que podem ser encontradas por pesquisadoras/es desse campo, é notável que este debate não seja considerado como intransponível para a expressiva maioria dos estudos, como demonstrou a análise integral dos 70 estudos do qual partimos.

Essa destinação racializada do trabalho, conforme vimos, não é acidental, mas naturalizada (GONZALEZ, 2020). É precisamente essa naturalização que parece afetar também o entendimento do porquê precisamos falar de raça quando analisamos o trabalho de limpeza. Sem essa categoria analítica, a compreensão das vivências e condições de vida e trabalho apresentadas pelas trabalhadoras no Brasil fica profundamente restrita posto que a racialização é central na formação, organização e reprodução desta sociedade (GONZALEZ, 2020; MOURA, 2014).

Para compreender essa formação sócio-histórica brasileira, Clóvis Moura (2014) apontou para as desigualdades sociais e econômicas às quais a população negra foi exposta pós-escravização e como essas foram dissimuladas pela igualdade formal. Para ele, às pessoas negras não restou outra alternativa a não ser disputar a possibilidade de sobrevivência biológica, cultural e social em uma sociedade que historicamente tem o racismo em sua estrutura. Em decorrência disso, o modo de seleção da força de trabalho, política, cultural e étnica foi organizado de modo que elas se mantivessem entre as camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas da população. Manter a população negra à margem contribui enormemente para isso, uma vez que é funcional e necessário ao capitalismo dependente brasileiro manter rebaixados os salários da classe trabalhadora em seu conjunto (MOURA, 2014).

Em função disso, ao se debruçar sobre o trabalho de limpeza, cabe refletir sobre as consequências singulares e coletivas das relações raciais de modo indissociável da classe, do gênero e da sexualidade, pois as condições em que residem, trabalham e sofrem as trabalhadoras de limpeza estão a elas relacionadas. Ao admitir as conclusões de Moura (2014), depreende-se que manter mulheres negras nos trabalhos de limpeza com baixos salários é indispensável ao sistema e que isso contribui para o rebaixamento como um todo da força de trabalho.

Esse rebaixamento não se limita à remuneração, embora passe indispensavelmente por ela, trata-se também do rebaixamento social, do que significa ocupar-se da limpeza, ser vista como supostamente destinada a este trabalho de forma natural e, ao mesmo tempo, tal trabalho ser considerado menos importante, mais simplificado e, muitas vezes, invisível se feito a contento. Por isso, fragiliza e compromete a análise buscar compreender o sofrimento expresso na sobrecarga de trabalho, ausência de reconhecimento e assédio, entre outros elementos relatados por trabalhadoras nas pesquisas, sem a discussão das relações raciais e do racismo no Brasil.

Deixar de considerar a dimensão da racialização seria possível se ela não balizasse de modo estrutural a sociedade brasileira e, conseqüentemente, não estivesse diretamente ligada à distribuição e exploração da força de trabalho. É preciso lembrar que, ao longo da história brasileira, empreenderam-se esforços para dissimular o racismo e sustentar o mito da democracia racial. Moura (2014),

por exemplo, é assertivo em afirmar que não se pode admitir a ideia de democracia racial em um país cuja estrutura social tem traços do sistema escravista e que no contexto capitalista concentra propriedade, renda e exclui total ou parcialmente a maioria de sua população de condições de vida decente e onde a cor a expõe à violência, a subalterniza e a criminaliza.

Esse mecanismo de “embaçar” a questão racial, fundamental para a manutenção do mito, pode ser precisamente compreendido pela noção de racismo por omissão, desenvolvida por Lélia Gonzalez. Nessa compreensão, Gonzalez aborda o processo de “tirar de cena”, “invisibilizar” (2020, p.202) a questão racial como cerne das mazelas com a qual se convive no Brasil. Para ela, o racismo por omissão vincula-se a ideologia do branqueamento, na qual em uma perspectiva colonizadora, em que racialmente se parte e se pretende um país branco, ainda que a maioria de sua população explicita o contrário, e culturalmente ocidental eurocêntrico. Enquanto uma faceta de nossa sociabilidade, a noção de democracia racial ganha vazão também está presente entre estudiosas/os e lideranças políticas, ainda que essas manifestem uma preocupação com as classes populares.

Se o racismo por omissão descreve o mecanismo de invisibilização, o trabalho de Bento (2002) demonstra como essa lógica se materializa no mundo do trabalho. A autora questiona as desigualdades raciais expressas no mercado de trabalho, os mecanismos que possibilitam sua continuidade e as práticas discriminatórias no ambiente laboral. Para ela, pessoas socializadas em uma sociedade em que a racialização molda as relações têm sua compreensão de mundo intensamente marcada por ela. Como exemplo, Bento, ao analisar as relações entre as trabalhadoras(es) responsáveis pela execução das atividades e aquelas(es) a quem foi atribuída a gestão em um órgão público municipal, destacou como a racialização, que constrói o branco como referência, estabelecendo um lugar hierárquico concreto e simbólico, com a intenção de manter os privilégios daqueles(as) identificados como brancos, o que Bento denomina de “branquitude” (BENTO, 2002, p. 146), atua como um elemento subjetivo. Esse elemento subjetivo interfere nas ações dos gestores nos processos de avaliação da força de trabalho, como seleção, promoção, treinamento, demissão e resolução de conflitos institucionais. A resistência das organizações em enfrentar a discriminação, localizada por Bento na crença sustentada socialmente de que as disparidades raciais não são estruturais, ocorre ao mesmo tempo em que a racialização continua a atuar nas atribuições dos cargos e funções de pessoas negras, especialmente mulheres negras.

Às implicações da racialização na subjetividade de todas as pessoas socializadas em um país racista e nas práticas organizacionais abordadas por Bento (2002), soma-se a discussão empreendida por Faustino (2019). O autor continuou a tensionar e a reiterar a relevância do estudo do racismo na abordagem da subjetividade no Brasil. Assim como Bento (2002), Faustino destaca que o racismo é um determinante social do sofrimento psíquico e aponta

suas implicações para a subjetividade da totalidade das pessoas na sociabilidade contemporânea. Para Faustino, o racismo transcende a mera opressão política ou a circulação de estereótipos negativos que inferiorizam pessoas negras. Sua essência reside na interdição da reciprocidade necessária para o reconhecimento do outro como humano, isto é, o racismo opera pela negação da humanidade do outro. Essa negação, por sua vez, restringe a capacidade da sociedade de solidarizar-se com a dor de pessoas racializadas não brancas, com profundas consequências para a compreensão e o cuidado em saúde mental, o que está presente em relatos das trabalhadoras de limpeza participantes das pesquisas avaliadas (ANDRADE; MONTEIRO, 2020).

2.4 RAZÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DA PREDOMINÂNCIA DE MULHERES, ESPECIALMENTE AS MULHERES NEGRAS, NESSA ÁREA DE TRABALHO

No que se refere ao trabalho remunerado, na totalidade dos oito estudos, a expressiva maioria das trabalhadoras encontradas são mulheres pretas e pardas (ANDRADE; MONTEIRO, 2020; CAMPOLI; PEROSA, 2022; COSTA, 2015; DUTRA, 2019; DUTRA; COELHO, 2020; SILVA, 2021; SOUZA; LEMOS, 2020; VELEDA DA SILVA; TÉDDE, 2019). Entre elas, duas experiências se destacam: o trabalho infantil doméstico (CAMPOLI; PEROSA, 2022; COSTA, 2015; SOUZA; LEMOS, 2020) e a continuidade do trabalho doméstico na vida adulta (CAMPOLI; PEROSA, 2022; SOUZA; LEMOS, 2020; VELEDA DA SILVA; TÉDDE, 2019) antes do vínculo de trabalho terceirizado na limpeza de instituições. E nessa dinâmica, houve para essas mulheres impedimentos para a escolarização (ANDRADE; MONTEIRO, 2020; CAMPOLI; PEROSA, 2022; COSTA, 2015; SOUZA; LEMOS, 2020). Diante dessa realidade, elas percebem que permanecerão indefinidamente no trabalho terceirizado, tanto pela ausência de experiências profissionais fora do âmbito do trabalho doméstico ou de limpeza em instituições (CAMPOLI; PEROSA, 2022; COSTA, 2015) quanto pelos poucos anos de estudo formal que tiveram acesso, ainda que desejem um emprego menos cansativo (COSTA, 2015).

A continuidade não somente em suas diferentes fases da vida, mas entre gerações na própria família é demarcada entre as trabalhadoras de limpeza. Souza e Lemos (2020) abordam que a condição social de origem é mantida pelas participantes de seu estudo, cujas mães também foram trabalhadoras domésticas (SOUZA; LEMOS, 2020). Há também um processo em curso de inserção das próprias filhas das trabalhadoras entrevistadas no mesmo tipo de trabalho (VELEDA DA SILVA; TÉDDE, 2019). Embora imersas em uma sociedade em que a reprodução geracional do trabalho de limpeza esteja impressa em suas vidas, essas mulheres manifestam a esperança de que suas crianças tenham outras possibilidades de trabalho (CAMPOLI; PEROSA, 2022; VELEDA DA SILVA; TÉDDE, 2019).

As especificidades da inserção no mundo de trabalho racializado para as pessoas negras em uma sociedade racista explicitam-se também em outros

elementos apresentados nos estudos, como por exemplo, na presença de discentes negras (os) no ensino superior e na figura da pessoa negra como aquela que é submetida a desrespeitos e à suspeita. Veleda da Silva e Tédde (2019) registraram que para as trabalhadoras, estando dentro de uma instituição de ensino superior, a presença de estudantes negras(os) constitui uma importante referência (VELEDA DA SILVA; TÉDDE, 2019). Contudo, essa mesma instituição que inspira é também palco de diversas formas de opressão. Nelas, ainda que desempenhem tarefas essenciais para a continuidade da efetivação ao acesso à educação, direito que lhes foi negado, essas trabalhadoras mencionam o isolamento, o medo da demissão — que inclusive limitou a participação no estudo de SILVA (2021) — a invisibilidade, as humilhações, o assédio moral e os abusos de poder (CAMPOLI; PEROSA, 2022; COSTA, 2015; SILVA, 2021) nesses ambientes. Dentro desse contexto, elas são impedidas de acessar lugares comuns, como a cozinha para realizar suas refeições, tendo que fazê-las em espaços improvisados, como sob a sombra de árvores (SILVA, 2021). Referem ainda que sentem a desconfiança da comunidade acadêmica, ao adentrarem espaços de sala de aula, testemunham que discentes e docentes permanecem vigilantes com seus objetos, como celulares e computadores (CAMPOLI; PEROSA, 2022).

Diante desse cenário de contradições e violências, compreender a predominância de mulheres negras na limpeza e suas consequências, então, é colocar a lente sobre como se opera a negação da humanidade da população negra, a qual, ao restringir a capacidade de solidarizar-se com a sua dor e injustiças vividas, constitui um dos fundamentos psíquicos e sociais que permitem compreender não apenas a naturalização de sua inserção nesse trabalho, mas também a naturalização das desigualdades do mundo do trabalho particularizadas nessa fração da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a partir das contribuições de Moura (2014), Gonzalez (2020) e Bento (2002), cabe destacar que tal naturalização perpassa pelo passado e presente, pois o passado escravista brasileiro tece as bases de um processo, ainda em curso, conveniente à continuidade do capitalismo que o sucedeu.

Com isso em consideração, ao adentrar nos movimentos históricos do trabalho reprodutivo racializado e feminilizado após 1888, Heleieth Saffioti (1976) oferece elementos importantes. A autora destaca que, com o desenvolvimento capitalista, a família deixou de ser uma unidade produtiva, e as mulheres passaram a lidar com o trabalho doméstico não remunerado, ao mesmo tempo em que buscavam trabalho remunerado. Para a classe trabalhadora brasileira, o desemprego e o subemprego sempre foram prevalentes, mesmo durante períodos de expansão industrial. Embora essas circunstâncias tenham permitido alguma autonomia econômica aos homens, as mulheres foram mais impactadas pelas variações econômicas e ocuparam vagas de menor qualificação e salários

mais baixos. Antes excluídas do trabalho produtivo, a empregabilidade das mulheres foi incentivada pelo capital para reduzir custos de produção.

A questão colocada por Saffioti se torna ainda mais complexa quando se considera a racialização, o que torna necessário considerar mais elementos sobre as condições específicas que permitiram o desenvolvimento capitalista no Brasil. O período escravista moldou relações sociais e de trabalho que foram posteriormente apropriadas e intensificadas pelo sistema capitalista (MOURA, 2014). Nesse processo, as mulheres negras têm uma história de trabalho que precede a de outras mulheres, principalmente quando articulados os processo de racialização e de classe, pois foram escravizadas e atuaram diretamente no setor produtivo, contribuindo para a geração de riqueza. Elas participavam do “eito”, nas atividades de produção de açúcar, extração em minas e trabalho nas fazendas de café (GONZALEZ, 2020). Essas mulheres, assim como os homens negros escravizados, compartilhavam a extenuante jornada de trabalho no plantio e colheita, mesmo durante períodos de gestação. Além dessas tarefas, o trabalho reprodutivo diário dentro das casas das famílias escravocratas era atribuído às mulheres escravizadas, responsáveis por passar roupa, cozinhar, amamentar e cuidar dos filhos dessas famílias (GONZALEZ, 2020).

Como compreender, porém, que essa destinação para o trabalho reprodutivo não foi uma mera atribuição de tarefas, mas a base de uma hierarquia social que perdura? A noção de cisheteropatriarcado, desenvolvida por Oliveira (OLIVEIRA; BENITEZ, 2023) no interior da Teoria da Reprodução Social, fornece uma chave de análise. Ela analisa o patriarcado moderno como resultado das relações sociais de produção e reprodução capitalistas e oferece elementos centrais para compreender a situação das mulheres negras diante da colonização e suas consequências na configuração do mundo do trabalho contemporâneo. Nesse marco, uma das dimensões constitutivas do patriarcado moderno é a materialização do racismo na cisnormatividade. Se, antes do capitalismo, a genitália já era base para atribuição de lugares e hierarquias nas sociedades ocidentais, sob o sociometabolismo capitalista esse princípio se complexifica, embora permaneça como fundamento da cisnormatividade. Isso porque, no capitalismo, a designação sexual é profundamente atravessada pelo racismo, sendo produzida de forma distinta entre grupos colonizadores e colonizados. Assim, pessoas racializadas como negras com genitália feminina não foram imediatamente reconhecidas como mulheres: primeiro foram construídas como não humanas e posteriormente como uma subumanidade abjeta.

Portanto, o cisheteropatriarcado opera de maneira diferenciada conforme as especificidades sócio-históricas, a composição racial da população e o modo como esta é hierarquizada, constituindo a base da divisão social, sexual e racial do trabalho. Ainda que as formas de reprodução desses padrões coloniais tenham se transformado ao longo dos séculos, eles permanecem ativos e complexificam a análise ((OLIVEIRA; BENITEZ, 2023). Por isso, ainda que

compartilhem com o conjunto das mulheres as imposições patriarcais que as vinculam às demandas reprodutivas, não o fazem do mesmo modo. Características como a feminilidade, a tendência à maternidade e a fragilidade, que macularam mulheres de modo geral, para as mulheres negras, tem contornos diferentes historicamente, pois essas não reuniam, no entendimento colonial, tais características. Para elas então foi destinado o trabalho mais pesado, a separação de seus filhos e a negação de seu sofrimento. É nesse contexto que elas assumem a carga maior do trabalho considerado abjeto e é indesejado: a limpeza.

Assim sendo, é nessa divisão racial e sexual do trabalho que o desenvolvimento capitalista aprofunda e dá novas características à reprodução social, seja em trabalhos remunerados ou não, mas ela permanece fortemente associada às mulheres de modo geral. Contudo, a herança colonial que distinguiu a feminilidade branca da mulher negra se reflete nas ocupações: as mulheres negras continuam a ocupar a maioria das vagas de limpeza, enquanto outras mulheres participam do trabalho reprodutivo remunerado em diferentes ocupações, como professoras e enfermeiras (GONZALEZ, 2020).

A própria “feminilização” de novos setores, no entanto, operou por meio de filtros racializantes que impediram a mobilidade ocupacional das mulheres negras. Em escritórios e bancos, nos quais o trabalho assalariado se “feminilizou” com o desenvolvimento capitalista, padrões estéticos desfavoreceram as mulheres negras, associando boa aparência a características brancas (GONZALEZ, 2020). Isso as colocou em desvantagem em empregos visíveis, o que se somou a prejuízos na escolarização, não atendendo às exigências (GONZALEZ, 2020), perpetuando a presença das mulheres negras em trabalhos como o de limpeza. Esses elementos são parte dos aspectos objetivos e subjetivos das condições de existência e das diferentes formas de violência a que essas mulheres estão expostas, e explicitá-los é um esforço necessário para desnaturalizar os “lugares sociais” sustentados pela racialização e pela construção de gênero na classe trabalhadora.

Por tudo isso, para explicar a realidade contemporânea das mulheres negras nos espaços reprodutivos no Brasil, é fundamental considerar o período escravista, mas ele não deve ser visto como a única razão para a manutenção dessas posições de trabalho. O capitalismo, para sua sobrevivência e continuidade, depende dessa distribuição de trabalho, metamorfoseando-a para garantir a manutenção dessa força de trabalho. Assim, a situação atual das mulheres negras no mercado de trabalho é um produto tanto da história quanto das demandas contemporâneas do sistema capitalista.

Para além dos encargos da reprodução remunerada, quando deixam os locais de trabalho, a reprodução não remunerada no interior de suas famílias passa a exigí-las, pois em todos os estudos as mulheres são as referências para

a sua execução. Para fazê-las, são profundamente afetadas as possibilidades, como veremos a seguir.

2.5 O TRABALHO DE LIMPEZA, A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E A RACIALIZAÇÃO COMO DETERMINANTE

As trabalhadoras de limpeza, enquanto parte da classe trabalhadora, vivenciam intensamente as expressões da superexploração da força de trabalho no Brasil. O conceito de superexploração aqui adotado é o de Marini (2000). Para esse autor, expoente da Teoria Marxista da Dependência, a dependência caracteriza-se como a forma como o Brasil e outros países da América Latina se estabelecem enquanto países capitalistas e se posicionam na economia mundial. Essa posição é resultado de um intercâmbio desigual que interfere na apropriação da mais-valia dos países dependentes. Incapaz de impedir a perda de mais-valia no mercado, a economia dependente busca compensá-la no processo produtivo, o que impacta necessariamente o processo reprodutivo, dentro do qual se localiza o trabalho de limpeza. A (o) trabalhadora(or) trabalha por mais horas, mais intensamente e com a redução do consumo considerado normal para que recomponha a sua força de trabalho, por meio de um mecanismo de aumento de excedente que se dá a partir da captação de parte do “fundo necessário” para a reprodução da força de trabalho em “fundo de acumulação de capital” (MARINI, 2020, p.124). Para Marini, esses mecanismos, frequentemente combinados, implicam na remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor e correspondem a superexploração do trabalho. Essa dinâmica priva a classe trabalhadora dos meios necessários para recompor o desgaste de sua força de trabalho, à medida que consomem mais energia em sua realização com a intensificação e extensão das horas trabalhadas, resultando em um esgotamento precoce. Além disso, tem restritas as possibilidades de repor sua força de trabalho pelo impedimento de consumir o imprescindível para preservá-la.

Colocando em foco a remuneração abaixo do valor experimentada pela classe trabalhadora brasileira, no caso das trabalhadoras e trabalhadores de limpeza, em 2022, a remuneração média no Brasil das 1.374.625 mulheres faxineiras era de R\$ 1.518,85 (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2024). Os baixos salários recebidos por essa categoria são ainda mais agravados pela raça e desigualdades regionais.

A situação nos estados do Nordeste e Sudeste ilustram bem esse cenário. Em 2022, no país as mulheres nesta ocupação em geral recebiam salários médios de R\$ 1.585,41 e as mulheres negras recebiam R\$ 1.504,62 (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2024). Nesse mesmo período, as trabalhadoras dessa ocupação na região Nordeste eram remuneradas mediamente com R\$ 1.428,48 e no caso das mulheres negras essa remuneração caiu para R\$ 1.377,09. Por sua vez, as faxineiras na região sudeste percebiam uma

remuneração média de R\$ 1.604,27, enquanto para as mulheres negras a média permaneceu em R\$ 1.543,51. Isso significa que, mesmo com vínculo formal reconhecido, as trabalhadoras negras recebem cerca de 4% a menos que as não negras dentro de uma mesma região. Além disso, no Nordeste, seu salário é aproximadamente 13% mais baixo do que a média nacional das mulheres na ocupação, configurando o patamar mais baixo de remuneração (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2024).

Essa realidade nacional de superexploração se aprofunda ainda mais em contextos específicos. Abaixo da média para a região, Campoli e Perosa (2022) apontam que o salário bruto das trabalhadoras no interior do estado de São Paulo era de R\$ 1.078,00, sendo para a maioria delas a principal fonte de renda da casa. Já no ano de 2015, ao abordar a realidade das trabalhadoras na região Centro-Oeste do país, Costa (2015) revelou que a maioria de suas famílias tinha menos de três salários-mínimos como renda do núcleo, que contava com mais de quatro pessoas em sua composição. Ou seja, viviam com menos de um salário-mínimo per capita (COSTA, 2015).

A exiguidade dessa remuneração impõe inúmeras restrições, começando pelo deslocamento para o trabalho. As trabalhadoras, por exemplo, vão para o trabalho de bicicleta ou a pé, e a não utilização de transporte público é justificada pela necessidade de destinar a economia com o transporte a outros gastos essenciais, como alimentação, moradia e saúde (COSTA, 2015; VELEDA DA SILVA; TÊDDE, 2019). Além disso, frente às desigualdades que se expressam no território em que vivem, são relatadas a indisponibilidade total ou de horários do transporte coletivo em bairros em que residem (COSTA, 2015). Ainda assim, essa economia da renda principal não é suficiente: é preciso vender produtos como refeições e cosméticos dada a insuficiência da remuneração (DUTRA, 2019; DUTRA; COELHO, 2020).

A insuficiência salarial, entretanto, não é um elemento isolado: ela se integra a um conjunto de mecanismos estruturais de precarização que incidem sobre essa categoria. Um dos mais relevantes é a terceirização, expondo essa categoria às expressões mais profundas da precarização. No caso das pesquisas incluídas na revisão, este é o vínculo da totalidade das participantes em todos os estudos (ANDRADE; MONTEIRO, 2020; CAMPOLI; PEROSA, 2022; COSTA, 2015; DUTRA, 2019; DUTRA; COELHO, 2020; SILVA, 2021; SOUZA; LEMOS, 2020; VELEDA DA SILVA; TÊDDE, 2019).

Nesse vínculo de trabalho terceirizado, além dos baixos rendimentos, essas mulheres negras enfrentam instabilidade, insegurança (ANDRADE; MONTEIRO, 2020; CAMPOLI; PEROSA, 2022) e a impossibilidade de mobilidade por promoção de cargo (CAMPOLI; PEROSA, 2022). A profundidade dessa vulnerabilidade expressa-se em relatos como o de Dutra (2019), que registrou demissões em massa de trabalhadoras durante um curso de formação,

tendo relação, por exemplo, com faltas justificadas com atestado médico (DUTRA, 2019).

Essa situação expressa como a superexploração é promovida diretamente pelas relações de trabalho e mediada pelo Estado, por meio da desregulamentação e desproteção, das quais a terceirização é uma expressão (SOUZA, 2023). Essas modalidades de relações trabalhistas aprofundam a deterioração das possibilidades de existência de toda a classe trabalhadora, com os especiais contornos que assume no caso das trabalhadoras de limpeza, como discutimos aqui. À vista disso, essa parcela da classe trabalhadora enfrenta uma alta carga de trabalho aliada à remuneração insuficiente para a reposição de sua força de trabalho e a manutenção de suas famílias.

É precisamente nessa encruzilhada entre dependência, classe e gênero que Souza (2023) propõe uma ampliação crucial da análise, ao incorporar a relação essencial entre racismo, sexismo e superexploração. Para a autora, o racismo configura-se como um elemento simultaneamente determinante e determinado na dinâmica da superexploração da força de trabalho, intimamente ligado à dependência e ao imperialismo.

A autora também observa que as populações negras e indígenas formam uma ampla margem de expropriados, que, em virtude da condição dependente da economia latino-americana, apresentam taxas de marginalização em constante crescimento, decorrentes do contínuo processo de expulsão da força de trabalho do sistema produtivo. Essa marginalização assume contornos regionais específicos no Brasil. Como destacado por Gonzalez e Hasenbalg (1982), essas desigualdades se manifestam de maneira especialmente pronunciada no Nordeste, onde as expressões mais evidentes da marginalização econômica e social continuam a refletir a persistente assimetria no acesso a recursos e oportunidades e esse contexto adiciona uma camada à análise de Souza (2023).

Desse modo, a desigualdade e o desemprego formam a espinha dorsal da reprodução capitalista na economia dependente, com uma radicalidade peculiar, uma vez que o sistema se sustenta nas bases legadas pelo escravismo, em um momento histórico marcado pelo estágio monopolista das economias centrais e pelas características do imperialismo moderno.

Nesse cenário, a abundante oferta de força de trabalho se torna um fator essencial para o desenvolvimento dependente, criando as condições para a superexploração. Dentro dessa vasta população trabalhadora, a população negra se encontra em uma situação de marginalização exacerbada, que a exclui da centralidade da atividade produtiva, antes ocupada, por imposição do regime escravista. Consequentemente, essa população é relegada às margens da produção e, por extensão, da participação plena na sociedade em que a mercadoria predomina. A marginalização racializada, como já identificado por

Moura (2014) e por Gonzalez e Hasenbalg (1982), constitui um mecanismo fundamental para a extração de mais-valia.

Diante desse quadro, a regra na realidade brasileira é a desproteção da maioria da população, caracterizada pelo altíssimo grau de informalidade do trabalho e pela ausência de garantias básicas, como acesso a benefícios previdenciários, escolarização, assistência à saúde, moradia, segurança pública e cultura. Nesse contexto, mantém-se os níveis de reprodução da força de trabalho, sendo que as mulheres, especialmente as mulheres negras, assumem uma responsabilidade desproporcional nesse processo. O atendimento reprodutivo realizado fora das residências, embora essencial, enfrenta enormes desafios, como a dificuldade de acesso a serviços públicos acessíveis e de qualidade, incluindo creches, restaurantes populares e serviços de atendimento à velhice. Além disso, esses serviços, que representam dificuldades de acesso para a classe trabalhadora, também se tornam espaços de exploração da força de trabalho barata, nos quais os critérios de racialização e generificação permeiam as condições de trabalho (SOUZA, 2023), dinâmica que define e constitui fundamentalmente o trabalho das trabalhadoras de limpeza.

Dentro desse quadro de superexploração racializada do trabalho, o processo de esgotamento precoce da força de trabalho dá suas pistas entre as trabalhadoras de limpeza. Diante dessas condições, as trabalhadoras, antes dos 50 anos de idade, percebem também uma perda da saúde (COSTA, 2015) no e pelo trabalho, com diagnósticos de lesões por acidentes, musculoesqueléticas e cardiovasculares, e prejuízos no âmbito da saúde mental autorreferidas (ANDRADE; MONTEIRO, 2020).

3. CONCLUSÃO

Este estudo permitiu compreender que a naturalização das mulheres como serventes está ligada à indissociabilidade entre produção e reprodução social, considerando as dimensões de classe, raça, gênero e sexualidade. No capitalismo dependente brasileiro, homens e mulheres enfrentam a superexploração, mas a naturalização do trabalho das mulheres, especialmente das mulheres negras, em escolas e hospitais relaciona-se ao papel histórico desses espaços na assunção desproporcional da reprodução social.

A partir de uma revisão integrativa da literatura, o estudo revelou um dado significativo: apenas 8 de 70 artigos sobre a temática discutiram a racialização. Essa ausência representa uma grave lacuna analítica para compreender a situação de vida e trabalho dessas trabalhadoras, uma vez que a formação social, econômica e política do Brasil, e conseqüentemente a própria composição da classe trabalhadora, é profundamente marcada por ela. Especificamente no trabalho de limpeza, isso se expressa na elevada

participação e permanência de mulheres negras em condições de precarização. A não abordagem da raça nos estudos se mostra, assim, parte do próprio processo de naturalização que buscam analisar.

Como uma limitação deste estudo, reconhece-se que a restrição às bases de dados indexadas pode ter deixado de captar produções acadêmicas não publicadas no formato de artigo. Esta constatação, no entanto, abre caminho para novas investigações, sugerindo a necessidade de explorar as razões para essa possível escassez na literatura, incluindo as dificuldades enfrentadas por pesquisadoras(es) para realizar e publicar estudos que articulem de forma consistente as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade no mundo do trabalho. Seguir essa pista é essencial para desnaturalizar as hierarquias e compreender com maior profundidade a realidade dessas trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. B; MONTEIRO, I. Desvelando o trabalho e a saúde de trabalhadores (as) de limpeza hospitalar. **Trabajo y sociedad**, v.XXI, n.34, 109-122, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7287682>. Acesso em: 20 out. 2023.
- BENTO, M. A. S. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- CAMPOLI, L; PEROSA, G. S. É casa, é luta, é o dia de amanhã: as auxiliares de limpeza terceirizadas da Unicamp. **Cadernos Pagu**, n.65, 1-17, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202200650015>. Acesso em: 18 out. 2023.
- COSTA, C. L. A territorialização do trabalho de mulheres em empresas terceiras: vida cotidiana e patriarcado. **Revista Pegada**, v.16, n.2, 275-292, dez, 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3924>. Acesso em: 4 nov. 2023.
- DIEESE. A inserção da população negra no mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/populacaoNegra.html>. Acesso em 05 set.2024.
- DUTRA, R. Q. Sobre educar (e ser educada por) mulheres trabalhadoras terceirizadas nos serviços de limpeza da Universidade Federal da Bahia: uma experiência de Extensão. **Revista de Movimentos Sociais e Conflito**, v. 5,

n.1, 42-58, jan./jun, 2019. Disponível em:

<https://www.indexlaw.org/index.php/revistamovimentosociais/article/view/5430>.

DUTRA, R. Q.; COELHO, I. B. “Eles pensam que a gente é invisível”: gênero, trabalho terceirizado e educação jurídica popular. **Revista Direito e Práxis**, v.11, n.4, 2359-2385, out./dez, 2020. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/44987>. Acesso em: 22 out. 2023.

FAUSTINO, D. M. O mal-estar colonial: racismo e o sofrimento psíquico no Brasil. **Clínica & Cultura**, v. 8, n. 2, p. 82-94, jul./dez, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-25092019000200007. Acesso em: 20 out. 2024.

GONZALEZ, L; HASENBALG, C. A. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada,1982.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.

MENDES, K. D. S; SILVEIRA, R. C. C. P; GALVÃO, C. M. Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, v.17, n.4, 758-764, out./dez, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em: 11 abr. 2023.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. Guia Brasileiro de Ocupações, painéis de pesquisa As Ocupações e o Mercado de Trabalho (Assalariado Formal), Brasília, 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojY2QxYWM4YWEtYTIiOS00NDA4LTgzZGltMWM5MWY2MGI2OTZkIiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9>. Acesso em 2 abr. 2024.

MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

OLIVEIRA, R. N; BENITEZ MARTINS, C. Diálogos feministas a partir da Teoria da Reprodução Social: por uma concepção unitária de classe, gênero, raça e sexualidade. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate**, v.15, n.3, 50–74, dez, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.57580>. Acesso em 12 maio. 2024.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes,1976.

SILVA, C. C. da. Mulheres trabalhadoras terceirizadas do setor de limpeza na Universidade Federal de Pelotas. **Mosaico**, v.13, n.21, 205-223, dez, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/rm.v13n21.2021.83335>. Acesso em: 06 nov. 2023.

SOUSA, M. N. A. de; BEZERRA, A. L. D; EGYPTO, I. A. S do. Trilhando o caminho do conhecimento: o método de revisão integrativa para análise e síntese da literatura científica. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v.21, n.10, 18448-18483, out, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/oelv21n10-212>. Acesso em: 29 out. 2023.

SOUZA, C. L. S. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Serviço Social & Sociedade**, v.146, n.1, 16-35, jan./abr, 2023. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.301>

SOUZA, F. A. S. de; LEMOS, A. H. C. A origem como destino: trajetórias profissionais de faxineiras terceirizadas. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v.14, n.4, 74-92, out./dez, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12712/rpca.v14i4.45779>. Acesso em: 23 out. 2023.

VELEDA DA SILVA, S. M; TÉDDE, R. M. As trabalhadoras negras em atividades de serviços de limpeza: um olhar que desvela. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v.10, n.1, 90-108, jan./jun, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/RIagg.v.10.i1.0005>. Acesso em: 18 out. 2023.